

Rede de sonegadores é maior do que a máfia do Orçamento

DENISE ROTHENBURG e
MARCELO DE MORAES



BRASÍLIA —

A CPI da máfia do Orçamento fechou seu relatório com 18 acusados por fraudes e desvio de verbas públicas. Levantamento feito pela subcomissão de patrimônio, entre 1988 e 1992, mostrou, porém, que quase todos os políticos investigados vinham omitindo há anos, em suas declarações, a compra e venda de imóveis, carros e telefones.

— Cerca de 94% das declarações analisadas pela subcomissão de patrimônio apresentavam irregularidades — disse o deputado Zaire Rezende (PMDB).

As irregularidades são tantas que a CPI gastou três páginas do relatório final para enumerar erros nas declarações de Imposto de Renda do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), um dos campeões no desvio de recursos da União. Além de omitir os recursos aferidos irregularmente com desvios do Orçamento, ele deixou de declarar propriedades e subavaliou seu patrimônio.

Em praticamente todos os casos, a movimentação bancária foi muito superior à renda declarada ao fisco. O deputado João Alves (sem partido-BA), principal acusado na máfia do Orçamento, teve em cinco anos US\$ 21 milhões de créditos bancários, mas sua renda ficou restrita a menos de US\$ 500 mil, os salários de parlamentar.

O deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) comprou três lotes no município de Vera Cruz, na Bahia, em 1985, mas somente os declarou em 1991. Genebaldo deixou de declarar um terreno de praia na Bahia e cotas de so-

Bens e negócios 'esquecidos' pelos parlamentares

DEPUTADO JOÃO ALVES

Um apartamento no Leblon, no Rio de Janeiro, outro em Vitória (BA), e três lotes.



DEPUTADO CID CARVALHO (PMDB-MA)

Parte de um lote em Jacarepaguá, no Rio, um galpão industrial e um apartamento em Imperatriz (MA).

DEPUTADO GENEBALDO CORREIA (PMDB-BA)

Um terreno na praia, quotas de uma rádio, ganhos de capital, um apartamento, três lotes, um prédio e duas salas.

DEPUTADO MANOEL MOREIRA (PMDB-SP)

Omitiu operações de compra e venda de imóveis.

SENADOR ALEXANDRE COSTA (PFL-MA)

Um sítio e ganhos de capital relativo à venda de propriedades.

GOVERNADOR JOÃO ALVES FILHO (SE)

Rendimentos de aplicações em caderneta de poupança.

SENADOR DARIO PEREIRA (PFL-RN)

Venda de 41 cabeças de ovinos.

DEPUTADO ÉZIO FERREIRA (PFL-AM)

Não declarou à Receita Federal nos anos de 1990 e 1992.

DEPUTADO FLÁVIO DERZI (PP-MS)

Cinco sítios no Mato Grosso, duas propriedades rurais no Paraná e um carro.

DEPUTADO FÁBIO RAUNHEITTI (PTB-RJ)

Omitiu um lote e uma fazenda, além de transferir bens em seu nome para duas empresas.



DEPUTADO ANÍBAL TEIXEIRA (PTB-MG)

Um andar no Edifício Sulacap, em BH.

GOVERNADOR JOAQUIM RORIZ (DF)

Quatro áreas rurais, um prédio, seis lotes, três automóveis, rendimentos e aplicações financeiras. Além da subavaliação de bens.

DEPUTADO JOSÉ LUIZ MAIA (PPR-PI)

Uma casa, um lote e 19 posses de terra.

DEPUTADO PAES LANDIM (PFL-PI)

Não tem patrimônio. Está tudo em nome da mãe.

DEPUTADO MESSIAS GÓIS (PFL-SE)

Participação em rádios no interior de Sergipe.

DEPUTADO GEDDEL VIEIRA LIMA (PMDB-BA)

Inocentado pela CPI, não apresentou declaração de renda no ano de 1990.

DEPUTADO JOSÉ GERALDO RIBEIRO (PMDB-MG)

Uma fazenda no município de Januária (MG).

GOVERNADOR EDISON LOBÃO (MA)

Um terreno, uma fazenda e duas glebas de terra.

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO (PMDB-RS)

Trezentos hectares no Rio Grande do Sul e a primeira parcela de compra de um apartamento. Subavaliou em 77% o preço de compra da fazenda do Rebolo em Minas do Butiá (RS).



DEPUTADO GASTONE RIGHI (PTB-SP)

Até novembro de 1993, não tinha entregue a declaração de 1992. Nos anos anteriores, omitiu diversos bens, entre os quais quotas de empresas de comunicação.

cidade da Rádio Independência de Santo Amaro. O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) omitiu metade de um lote comprado em Jacarepaguá, além de um galpão industrial e um apartamento

que só aparecem nas suas declarações em 1991. Já o deputado mineiro José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) chegou a jurar no seu depoimento à CPI que não possuía uma fazenda em Januá-

ria (MG). Mas um cheque assinado pelo deputado e encontrado pela CPI tem no verso o seguinte texto: "parcela referente a compra da fazenda Flores e Alegre no município de Januária".